

## DIÁLOGOS SOBRE CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### ENTREVISTA COM MOACIR JOSÉ DOS SANTOS

**Cintia Neves Godoi<sup>1</sup>**

A presente entrevista se insere no âmbito do projeto de pesquisa “Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional”, que conduz entrevistas escritas e gravadas (em plataforma virtual) com destacados pesquisadores da Área de “Planejamento Regional e Urbano e Demografia” – Plurd – área de conhecimento científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes –, coordenado por docentes do Programa de Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado e do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria.

As entrevistas escritas e virtuais objetivam: a) Compreender a trajetória histórica, social, política e econômica dos debates sobre desenvolvimento; b) Analisar as variações conceituais decorrentes da interface das diversas áreas do conhecimento na constituição do discurso científico do desenvolvimento; c) Conceber aspectos constitutivos da área da Plurd e de sua condição estratégica ao acolher programas de stricto sensu de “Desenvolvimento Regional”; d) Constituir registro escrito sobre a Ciência do Desenvolvimento Regional disponível ao público interessado nas questões, debates, pesquisas e conhecimentos promovidos por esta área do conhecimento.

Esta é a primeira entrevista publicada da série “Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional”. O entrevistado é o pesquisador Moacir José dos Santos, Doutor (2006), mestre (2000) e graduado (1996) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), com pós-doutorado (2015) pela Universidade do Minho (UMINHO). Professor da Universidade de Taubaté (UNITAU) e do Centro Universitário Módulo. Professor do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR) e do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional (MPDR) da UNITAU. Coordenador-adjunto do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional. Editor Executivo da

---

<sup>1</sup> Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2012). Sócio-fundadora eeCoo sustentabilidade. Professora Titular do Mestrado em Desenvolvimento Regional do UNIALFA - Centro Universitário Alves Faria, Pesquisadora Funadesp. E-mail: [cintia.godoi@unialfa.com.br](mailto:cintia.godoi@unialfa.com.br)



Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Educação da UNITAU. Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Comunicação (NUPEC), membro do grupo de Avaliação e Diagnóstico do Desenvolvimento Regional e do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade de Taubaté, grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Foi coordenador de Apoio à Pesquisa e Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), coordenadorias vinculadas à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (2021-2022). Diretor do Instituto Básico de Humanidades da UNITAU (2018 e 2022). Atuou no Projeto Trilhas Culturais, atividade de extensão da UNITAU dedicada ao registro e pesquisa da cultura popular do Vale do Paraíba Paulista. Colabora com o desenvolvimento do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Módulo, com atuação na seleção de trabalhos submetidos aos editais de seleção, orientação e incentivo à iniciação científica e lidera a linha de pesquisa em Educação, Cultura e Sociedade. Tem experiência na área de História, com ênfase em política de desenvolvimento, comunicação e indústria cultural no Brasil, relações entre militares do Exército e Estado, cultura popular no Vale do Paraíba. Para o professor doutor Moacir José dos Santos: “Há diversos desafios para a Ciência do Desenvolvimento Regional. Apesar da expansão das últimas décadas, constata-se a necessidade de estruturação de uma epistemologia do desenvolvimento regional. A área beneficia-se dos aportes e contribuições advindas de outras áreas disciplinares, que formam os pesquisadores dedicados ao desenvolvimento regional. Essa diversidade possibilita vitalidade e renovação constantes, correspondentes à ampliação do campo de pesquisa e a multidimensionalidade do desenvolvimento. Enquanto campo de conhecimento, o Desenvolvimento Regional ainda não desenvolveu uma epistemologia própria”.

A seguir, a entrevista na íntegra.

### **1. O professor poderia nos apresentar aspectos que considera relevantes de sua trajetória acadêmica?**

Antes de responder, gostaria de agradecer a oportunidade de contribuir para com a Revista de Desenvolvimento Econômico e também para com trabalho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. A oportunidade de debater sobre os rumos da Ciência do Desenvolvimento Regional,

no contexto da área de Planejamento Urbano Regional, Demografia (PLUR-Demo), é fundamental para aproximar os pesquisadores, especialmente quanto ao compartilhar de experiências e conhecimento.

Quando analiso a trajetória acadêmica realizada, percebo, como aspectos definidores, a busca por aproximar a História das demais Ciências Sociais, e a preocupação em compreender a atuação dos atores históricos para o processo de desenvolvimento nacional.

Em relação à formação em História, percebo como a disciplina nos prepara para lidar com desafios específicos da área. Para o historiador, a recuperação do passado implica o desafio de trabalhar com as fontes históricas, cuja constituição difere da expectativa do senso comum quanto ao encontrar de informações fidedignas à realidade. As fontes históricas não foram produzidas com a intencionalidade de registrar o pretérito para o conhecimento dos historiadores, pois são condicionadas à própria parcialidade. Essa experiência possibilita interrogar o passado e a forma de acessá-lo por uma perspectiva crítica, metodologicamente fundamentada na compreensão das fontes históricas e das suas limitações para a investigação. Essa condição torna a aproximação as Ciências Sociais estratégica para a incorporação de conceitos e métodos de pesquisa aptos a ampliar a compreensão do processo histórico. A Ciência do Desenvolvimento Regional, necessariamente, para sua constituição e consolidação, tem como eixo definidor a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade. A formação em História e a aproximação das Ciências Sociais foi fundamental para a inserção nos debates pertinentes ao Desenvolvimento Regional, com a perspectiva histórica como fundamento, mas dialógica em relação às demais áreas do conhecimento.

O segundo aspecto definidor da trajetória realizada é a preocupação em compreender atuação dos atores históricos para o processo de desenvolvimento nacional. Essa abordagem antecede o envolvimento com a investigação do Desenvolvimento Regional. Atribuo a busca por investigar os atores históricos relacionados ao desenvolvimento nacional à formação em História, que nos impulsiona a compreensão da realidade social e econômica do país. O meu período de formação acadêmica, graduação (1993 – 1996), mestrado (1998 – 2000) e doutorado (2002 – 2006) coincidiu com questões cruciais para a compreensão do Brasil contemporâneo, como a consolidação da democracia, a estabilização

macroeconômica e o enfrentamento das assimetrias sociais e econômicas. A formação em História estimula o engajamento, especialmente o intelectual. As leituras de formação, a dissertação e a tese, possibilitaram o entendimento de como atores sociais como as oligarquias regionais, a burguesia industrial e os militares atuaram para definir o desenvolvimento nacional no século XX. Durante o processo de formação, constatei que o desenvolvimento foi um dos eixos definidores das ações econômicas e políticas no Brasil, com a confrontação de forças heterogêneas e associadas às disputas internacionais do século passado, especialmente a Guerra Fria. Assinalo que esse debate é complexo, especialmente quanto à compreensão de como esses atores sociais percebiam de forma diversa o desenvolvimento nacional no período.

## **2. Em que momento despertou no professor o interesse pela pesquisa em torno da temática do desenvolvimento?**

Identifico dois momentos para a consolidação do interesse na investigação da temática do desenvolvimento. O primeiro, sob a perspectiva da formação em História, está relacionado à investigação realizada durante o mestrado em História Social, realizado no Programa de Pós-graduação da UNESP, campus de Assis/SP. Investiguei a constituição e implementação da política brasileira de telecomunicações entre 1962 e 1967. O investimento em telecomunicações realizado durante a Ditadura Militar (1964-1965) favoreceu a integração nacional sob a perspectiva da integração dos mercados regionais e quanto à afirmação da ideologia de segurança nacional no período, especialmente em relação à busca do Estado controlado pela ditadura civil-militar em assegurar o controle da opinião pública e combater o dissenso. Os trabalhos do sociólogo Renato Ortiz em relação à cultura brasileira durante a Ditadura Militar quanto à mediação da indústria cultural, apontavam para dois objetivos do Estado para a comunicação. O primeiro, a partir da infraestrutura de telecomunicações, foi possibilitar a modernização conservadora da economia com a integração do mercado via comunicação. O segundo objetivo foi buscar estabelecer a hegemonia ideológica a partir da indústria cultural, especialmente da TV, mas que necessitava de uma estrutura para transmissão nacional.

O trabalho do sociólogo Renato Ortiz e demais investigadores da indústria cultural no período foram o ponto de partida para a pesquisa da política brasileira de telecomunicações, que contou em sua formulação, antes do golpe de 1964, com atuação dos militares, políticos e empresários do setor, cujo principal instrumento foi o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962. O CBT definiu, de acordo com as forças que atuaram para a sua constituição, os serviços de telecomunicações como monopólio público e o direito à exploração privada da TV e radiodifusão. Durante a investigação, identifiquei o desenvolvimento nacional como vetor das disputas políticas do período, que entrelaçaram os conflitos das forças políticas brasileiras ao cenário da Guerra Fria. A partir dessa experiência, passei a compreender a história contemporânea brasileira enquanto campo de disputas entre modelos diversos de desenvolvimento, relacionados ao papel geopolítico do país e a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho.

O segundo momento foi o ingresso no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. A experiência acumulada durante o período de formação e a perspectiva de pensar a história recente do Brasil, associada às disputas quanto ao modelo de desenvolvimento nacional, subsidiaram as escolhas realizadas quanto ao escopo das investigações e orientações realizadas a partir desse momento. O ingresso em um programa dedicado à investigação do desenvolvimento regional oportunizou a busca e incorporação dos autores de referência da área, bem como dos objetos e temas relacionados à ciência regional. Foi possível compreender, a partir da experiência pregressa, como o campo do desenvolvimento regional aprofunda as discussões acerca da trajetória brasileira nas últimas décadas, especialmente quanto às assimetrias regionais e inter-regionais. Ressalto a necessária aproximação com as Ciências Sociais para a compreensão dos desafios epistemológicos que a Ciência Regional representa, e simultaneamente, como a História contribui para pensar o desenvolvimento regional em perspectiva histórica.

### **3. Em que ano o professor ingressou na área Planejamento Urbano, Regionale Demografia ? E quais as características desta área naquele momento?**

O ingresso na área Planejamento Urbano e Regional, Demografia e Desenvolvimento Regional ocorreu, formalmente, em 2010, quando iniciaram-se as

atividades do Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional (MPDR) da Universidade de Taubaté. Porém, o envolvimento com o Desenvolvimento Regional ocorreu a partir de 2009, quando do ingresso no Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR), vinculado à área interdisciplinar. O MGDR apresentava uma trajetória consolidada. As visitas de duas comissões da CAPES, em 2007 e 2009, foram fundamentais para a criação do MPDR, deriva do MGDR. Em 2007, a Comissão da Capes, sob a liderança do Prof. Dr. Daniel Hogan, recomendou a criação de um programa de mestrado associado à área PLUR-Demo, em razão maturidade da produção. Em 2009, uma comissão CAPES, composta pelo Prof. Dr. Rainer Randolph e pelo Prof. Dr. Ivo Theis, fez a visita para avaliar a proposta do novo curso para área PLUR-Demo, o MPDR. Ingressei no MGDR em 2009 e acompanhei a visita e posterior aprovação da proposta, para a qual também contribuí.

Em 2010, o MPDR selecionou a primeira turma de mestrandos. Naquele momento, a área PLUR-Demo estava em expansão, mas contava com programas consolidados em universidades públicas e comunitárias. O desafio da equipe do MPDR era a integração com área PLUR e o entendimento de como poderíamos colaborar com as discussões e investigações acerca do Desenvolvimento Regional, pois apesar da recomendação da comissão de 2007, a experiência derivava principalmente da perspectiva da relação entre gestão e desenvolvimento regional em perspectiva profissionalizante. Destaco que as discussões da área PLUR-Demo repercutiam no MPDR, especialmente a partir das contribuições publicadas na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (RBGDR).

O contato com a produção acerca do Desenvolvimento Regional revelava uma área vigorosa, beneficiada com contribuições de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, em uma perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar. Os estudos regionais repercutiam o momento positivo do país, em um cenário que permitia vislumbrar um ciclo longo de desenvolvimento, o que não foi sustentado a partir de 2015. O momento era propício ao exame de como aquele ciclo econômico impactaria as assimetrias regionais e a possibilidade de redução das desigualdades sociais e econômicas presentes no país.

A intensificação da participação nos debates sobre o Desenvolvimento Regional levou a percepção de três possibilidades para a futuro da área. A primeira, a

necessidade de maior aproximação entre pesquisadores e instituições da área. Diversas iniciativas buscaram adensar a colaboração entre pesquisadores e programas. Entre elas, destaco o Observa DR, vinculado à Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), o Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES) e o Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional (SIDER). Essas iniciativas contribuíram para a ampliação do debate sobre o desenvolvimento regional somando-se a eventos e iniciativas pretéritas, o que foi produtivo para a área PLUR-Demo, especialmente para o debate sobre o desenvolvimento regional.

A segunda possibilidade é pertinente ao explorar os processos de desenvolvimento sob uma perspectiva histórica. Os estudos na área adotam a compreensão temporal sobre o Desenvolvimento Regional, o que é diferente da investigação histórica. A pesquisa histórica tem o potencial de gerar conhecimento acerca das representações historicamente constituídas sobre o Desenvolvimento Regional. Desse modo, é possível elaborar o entendimento sobre como tais representações delinearão as ações que definiram as trajetórias de desenvolvimento regional.

A terceira possibilidade é o aperfeiçoamento de uma epistemologia da Ciência Regional ou do Desenvolvimento Regional. A interdisciplinaridade e multidisciplinaridade delinearão as investigações relacionadas ao Desenvolvimento Regional. Teorias, conceitos e metodologias de diversas áreas do conhecimento contribuem para configurar a produção acerca do Desenvolvimento Regional. A diversidade teórica tem o potencial para configurar um corpus teórico original apto a tratar com o devido rigor a multidimensionalidade dos processos de desenvolvimento.

#### **4. Antes da constituição da área Planejamento Urbano, Regional e Demografia em que áreas do conhecimento se concentravam as pesquisas e debates sobre o desenvolvimento regional?**

A constituição da área Planejamento Urbano e Regional, Demografia e Desenvolvimento Regional foi um marco histórico, por definir os contornos da área de pesquisa. A institucionalização possibilita a formalização das demandas dos pesquisadores e dos respectivos cursos *stricto sensu*, bem como um espaço formal para o debate e proposição de ações e de um programa de metas intelectuais e de pesquisa para área.

Entretanto, a constituição da área Planejamento Urbano e Regional, Demografia e Desenvolvimento Regional decorre da pertinência da discussão acerca do regional no país. A dimensão continental do Brasil, bem como a sua diversidade regional, implica uma trajetória complexa, particularmente quando se considera o processo histórico gerador de uma extrema desigualdade social e econômica. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento regional foi abordado, ainda que de modo difuso, por cientistas sociais e pensadores interessados em compreender a realidade nacional e formular um projeto de desenvolvimento nacional, especialmente no século XX. A reflexão acurada sobre a realidade nacional incorporava como elemento estruturante a diversidade regional, entendida de modo heterogêneo pela intelectualidade brasileira. Esse esforço está relacionado à peculiar emancipação do Brasil, que não foi pacífica, realizada sob o patrocínio do herdeiro da família real portuguesa, articulado às oligarquias regionais. O conflito entre a expectativa de uma maior centralização do poder ou de maior autonomia para as províncias implicava em como equilibrar demandas regionais em relação ao Estado nacional, o que perpassou parte significativa da consolidação da emancipação brasileira no século XIX. O reconhecimento do Estado imperial quanto a particularidades regionais, como seca na Região Nordeste, e a necessidade de integração entre as regiões indica, ainda que não se trate de uma concepção contemporânea de desenvolvimento, a percepção das especificidades inerentes à cada região do país.

O reconhecimento das questões regionais antecede o debate acerca do desenvolvimento regional. O debate sobre o desenvolvimento regional adquire densidade a partir da década de 1930, com o reconhecimento do Estado como indutor do desenvolvimento nacional. O contexto produzido com a crise de 1929 possibilitou a ruptura com a hegemonia dos parâmetros ortodoxos liberais quanto à limitação da atuação econômica estatal. A década de 1930, no cenário internacional, define a expansão da ação do Estado como condutor da economia nacional e indutor das ações necessárias ao desenvolvimento econômico. No Brasil, as ações para a industrialização e para a ocupação do interior, como a Marcha para o Oeste, delineiam essa mudança impulsionada com os efeitos de 1929.

A investigação específica sobre o desenvolvimento regional, delineada com esse fim, constitui-se durante a década de 1950, a partir das contribuições de Celso Furtado. O reconhecimento anterior da regionalidade pelo Estado e por cientistas sociais

preocupados em compreender o Brasil, produziu o debate necessário para a emergência do regional enquanto campo de pesquisa. Destaca-se, nesse cenário, a obra de Wilson Cano, particularmente quanto aos efeitos da industrialização para o aprofundamento das diferenças regionais no país a partir de 1930. As distinções regionais antecederam o referido período, mas foram ampliadas com a emergência de uma divisão regional do trabalho a partir do predomínio de São Paulo como centralidade do processo de industrialização nacional, com efeitos diversos de estímulo ou bloqueio em relação às demais regiões do país, segundo Cano.

Esse cenário está relacionado à relativa rapidez entre a emergência das pesquisas e discussões focadas no desenvolvimento regional e os primeiros contornos da área Planejamento Urbano e Regional, Demografia e Desenvolvimento Regional na década de 1970. Sob a perspectiva histórica, é necessário ter cuidado em distinguir a percepção pretérita acerca do fenômeno regional no Brasil, decorrente das dimensões do território, como ocorreu durante o século XIX, e a constituição do campo de pesquisa dedicado ao desenvolvimento regional.

##### **5. Em sua perspectiva analítica quais as diferenças entre as concepções de desenvolvimento pesquisadas, analisadas e debatidas ao longo do século até fins da década 80 em relação as pesquisas e debates do desenvolvimento regional pós anos 90 do século XX?**

A questão implica um reconhecimento das condições históricas diversas que distinguem o período que vai até o final da década de 1980 e o período posterior.

A conjuntura que se encerra ao final dos 1980 do século XX é delineada por fatores relacionados ao pós Segunda Guerra Mundial e as disputas subjacentes aos modelo de desenvolvimento adotado no Brasil no período, condicionado às disputas políticas e econômicas da época.

A concepção de desenvolvimento predominante até o final da década de 1980 centrava-se no papel da industrialização como fator decisivo para a superação das condições que definiam o subdesenvolvimento, ou mesmo atraso, conforme a literatura do período. Nota-se que, apesar da diversidade teórica e metodológica, a industrialização enquanto sinônimo de desenvolvimento delineava os debates do período. O papel central do Estado como agente e indutor do desenvolvimento também predominava na literatura. Essa condição não surpreende quando

comparada ao predomínio da perspectiva keynesiana e desenvolvimentista, em que pese sua heterogeneidade. Evidentemente, essa hegemonia não foi absoluta, mas seu predomínio implicou a centralidade das discussões dedicadas às medidas econômicas associadas à centralidade do Estado, investigado e debatido enquanto promotor do desenvolvimento e das suas falhas em promovê-lo.

As medidas efetivadas após a crise de 1929, e no período posterior ao final da Segunda Guerra Mundial, contribuíram para alçar o desenvolvimento para o centro do debate público acerca do alcance do bem-estar social. Hobsbawm classifica o período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da crise dos anos 1970 como o período de maior expansão econômica dos países centrais do capitalismo, especialmente com as medidas relacionadas ao Estado de Bem-Estar Social. Observa-se que os países socialistas liderados pela então União Soviética projetavam, internacionalmente, o sucesso do planejamento estatal quanto ao alcance do desenvolvimento. Na América Latina, o desafio consistia na superação das condições inerentes à posição de periferia na divisão internacional do trabalho, com superação dos limites característicos à subordinação econômica e social na ordem internacional, internalizada e expressa na comum desigualdade social e econômica condizente com o reduzido grau de desenvolvimento. Nesse contexto, é possível, com a síntese necessária à resposta, afirmar que a literatura pertinente ao desenvolvimento regional dedicou-se a identificar as ações necessárias à industrialização como respostas para as assimetrias regionais e nacionais, com a posterior incorporação da investigação da análise dos limites desse processo, especialmente quanto à combinação entre o aprofundamento da desigualdade social e econômica com a expansão da riqueza nacional mediante a industrialização, como ocorreu no Brasil.

A partir da década de 1990, há uma alteração no paradigma delineador das investigações acerca do desenvolvimento regional. As análises centradas no debate econômico e na relação entre o processo de desenvolvimento nacional e o papel do Estado inserido na divisão internacional do trabalho passam a ser acompanhadas na área por outras vertentes de análise, com foco nos aspectos endógenos de cada região e da alteração da compreensão de desenvolvimento enquanto fenômeno multidimensional. Essa mudança pode ser relacionada ao contexto histórico do período. A década de 1990 tem, entre suas marcas, a adoção de políticas

econômicas pertinentes ao neoliberalismo e a redução da participação do Estado enquanto agente econômico, ao menos em relação aos parâmetros vigentes anteriormente. A redução do papel do Estado nas ações relacionadas à busca por desenvolvimento social e econômico implicou a busca por alternativas relacionadas à organização coletiva da população local e regional, bem como na identificação e uso do potencial endógeno, o que favoreceu a emergência de investigações mais próximas aos atores locais.

Outra mudança foi a alteração da concepção de desenvolvimento, com a superação de uma perspectiva centrada no econômico para uma posição relacionada à sua multidimensionalidade. Ressalto o papel do economista Amartya Sen e demais envolvidos no estabelecimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como indicador de referência para a mensuração do desenvolvimento em cada país, principalmente por possibilitar a comparação entre realidades distintas e com o reconhecimento de que os recursos econômicos nacionais devem ser cotejados com outros dados para a identificação das condições do desenvolvimento nacional. A incorporação do debate acerca da sustentabilidade e do adequado manejo dos recursos naturais contribuiu para ampliação do foco e do escopo das investigações dedicadas ao desenvolvimento regional. Tais mudanças contribuíram para diversificar as pesquisas realizadas na área e as conectam às expectativas sociais contemporâneas, o que é fundamental para o reconhecimento das contribuições dos pesquisadores do desenvolvimento regional pela sociedade.

## **6. Como você caracterizaria a ciência do desenvolvimento regional produzida na atualidade?**

Diversa, complexa e promissora. Nas últimas décadas, ocorreu uma expansão do número de programas dedicados à investigação do Desenvolvimento Regional no Brasil. Essa ampliação ocorreu paralelamente à alteração das perspectivas dedicadas a área. Sustentabilidade social e ambiental, fatores endógenos e exógenos, indicadores de desenvolvimento, iniciativas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre outros, ampliaram a compreensão acerca do Desenvolvimento Regional. A multidimensionalidade do desenvolvimento tornou-se um consenso no meio acadêmico, o que é relevante quando se considera que na história da ciência, o alcance de consensos é um processo árduo, e que,

simultaneamente, favorece a própria investigação científica mediante novos parâmetros para a pesquisa.

O reconhecimento da multidimensionalidade do Desenvolvimento Regional articula a área às expectativas sociais contemporâneas e aos debates promovidos no âmbito das Ciências Sociais. A vitalidade promovida com esse reconhecimento implica a constatação de que o Desenvolvimento Regional é um campo em expansão, pois incorpora temas e objetos necessários à compreensão da diversidade regional, condição presente no Brasil, na América Latina e em outras regiões do mundo. Inclusive, essa diversidade possibilita o intercâmbio de conhecimento mediante a perspectiva comparativa entre as pesquisas dedicadas ao Desenvolvimento Regional. A comparação entre realidades regionais diversas pode ser profícua mediante o intercâmbio de experiências, métodos, conceitos e teorias adotados por pesquisadores situados no Brasil e exterior, com ganhos inegáveis para o aprofundamento do conhecimento acerca do Desenvolvimento Regional.

A interdisciplinaridade e multidisciplinaridade pertinentes ao Desenvolvimento Regional possibilitam a constituição de novos objetos relacionados à multidimensionalidade da área. O envolvimento de pesquisadores de áreas diversas favorece a ampliação do campo de pesquisa tendo como eixo as questões regionais. Porém, efetivar esse potencial segue como um desafio consistente. A associação entre PPGDRs para a formulação e aplicação de programas de pesquisas comuns e em perspectiva comparativa pode ser uma alternativa para delinear uma compreensão sobre o Desenvolvimento Regional apta a catalisar a diversidade de temas e abordagens presente na área. Inclusive, a crescente internacionalização com o envolvimento de pesquisadores e de programas de universidades estrangeiras é uma estratégia salutar para que a conhecimento produzido na área favoreça a consolidação da Ciência Regional.

Observa-se que o deslocamento temporal e geográfico das crises do capital produz novas formas de investigação. A crise ambiental, a constituição de regimes políticos iliberais como na Hungria e Polônia, a crise da globalização sob a égide norte-americana, indicam vetores de investigação que tornam as parcerias internacionais muito promissoras para os pesquisadores do desenvolvimento regional, especialmente quanto ao papel da Ciência Regional para subsidiar políticas públicas

de desenvolvimento e ações locais/regionais relacionadas ao aproveitamento de características endógenas.

### **7. Em sua perspectiva quais os principais desafios para a ciência do desenvolvimento regional na atualidade?**

Há diversos desafios para a Ciência do Desenvolvimento Regional. Apesar da expansão das últimas décadas, constata-se a necessidade de estruturação de uma epistemologia do desenvolvimento regional. A área beneficia-se dos aportes e contribuições advindas de outras áreas disciplinares, que formam os pesquisadores dedicados ao desenvolvimento regional. Essa diversidade possibilita vitalidade e renovação constantes, correspondentes à ampliação do campo de pesquisa e a multidimensionalidade do desenvolvimento. Enquanto campo de conhecimento, o Desenvolvimento Regional ainda não desenvolveu uma epistemologia própria. É um desafio a ser enfrentado e superado. A constituição de uma epistemologia do desenvolvimento é necessária para consolidação do desenvolvimento regional enquanto eixo norteador de conceitos e teorias cujo papel é fornecer referências para a teoria do Desenvolvimento Regional condizente com a multidimensionalidade. Denota-se um desafio próximo à constituição de uma epistemologia do desenvolvimento regional, que é a uma metodologia de avaliação do desenvolvimento regional. Evidentemente, as pesquisas pretéritas e do presente apresentam rigor metodológico, mas advindo da trajetória das áreas disciplinares originárias dos pesquisadores dedicados ao Desenvolvimento Regional, posto que essa formação ocorre apenas na pós-graduação. Avançar para a constituição de uma metodologia de pesquisa específica ao desenvolvimento regional implica, simultaneamente, reconhecer as contribuições de outras áreas e organizar um corpus metodológico propício à lide com a multidisciplinaridade do conhecimento. Essa conquista, por sua vez, depende da própria epistemologia do Desenvolvimento Regional, pois esse corpus teórico instrumentalizará a reflexão necessária a uma concepção metodológica específica à Ciência Regional.

Outro desafio, paralelo e conjunto à elaboração de uma epistemologia própria é a ampliação da interlocução entre os PPGDRS no Brasil e para com exterior. Intensificar o intercâmbio de experiências de pesquisa e o percurso formativo de discentes e docentes, bem como de teorias e métodos, é uma necessidade para o

adensamento da área. Os periódicos de referência, bem como os eventos de área, propiciam espaços interessantes e necessários, mas podem ser potencializados com o recurso a outros espaços de diálogo intelectual. O uso da comunicação remota, potencializada no contexto da pandemia estratégia eficiente para a superação das barreiras do espaço/tempo. Assim, fóruns de discussão, projetos e programas de pesquisa entre PPGDRS distintos, podem ganhar mais adensamento e contribuir, mediante seus resultados, para a consolidação da Ciência do Desenvolvimento Regional em um futuro próximo, o que é ainda é um desafio a superar.

Em paralelo aos desafios elencados anteriormente, está a internacionalização da produção brasileira. A internacionalização é necessária para a elevação do intercâmbio com a produção de pesquisadores de outros países, o que pode, inclusive, contribuir para o adensamento da Ciência Regional no Brasil, especialmente quando se considera a sua consolidação em países como Portugal e França, por exemplo.

#### **8. Quais autores ou pensadores são suporte teórico (das diversas áreas) para sua construção do pensamento na área do Desenvolvimento Regional?**

O suporte teórico é fundamental para as investigações, especialmente por propiciar a consistência entre a metodologia de pesquisa, a escolha dos critérios para a avaliação dos resultados e a sua discussão. A consolidação de uma epistemologia da Ciência Regional tem como desafio incorporar autores das diversas áreas do conhecimento, que contribuem para a pesquisa acerca do desenvolvimento regional, e intensificar o diálogo com os pesquisadores dedicados à área. A partir desses pressupostos, identifiquei três grupos de autores/pesquisadores com os quais busco interlocução teórica. O primeiro grupo reúne autores clássicos tanto para as Ciências Sociais quanto para a Ciência do Desenvolvimento Regional. Entre os clássicos das Ciências Sociais, destaco Karl Marx, por sua identificação e análise das estruturas econômicas definidoras da dinâmica do capitalismo industrial, bem como das suas contradições no âmbito histórico da divisão internacional do trabalho. Há diversos outros autores clássicos, como Max Weber, Pierre Bourdieu, Celso Furtado, Wilson Cano, entre outras referências que, caso citadas, tornariam a resposta bastante extensa, mas com a mesma importância dos que foram nomeados. A relação com os

clássicos é incontornável, pois suas proposições teóricas e metodológicas delineiam os objetos pertinentes à investigação da Ciência Regional. Inclusive, a discussão com os clássicos contribui para a perspectiva histórica em relação aos efeitos da globalização decorrente da dinâmica da divisão internacional do trabalho, com consideração do seu impacto em escala regional.

Outro grupo de autores fundamental é constituído por pesquisadores contemporâneos que, embora não dedicados particularmente à discussão do desenvolvimento regional, propiciam contribuições teóricas necessárias à investigação e reflexão sobre o espectro da Ciência Regional. Nesse grupo incluem referências como David Harvey, Eric Hobsbawm, E. P. Thompson e Jessé Souza, por exemplo. Assim como em relação ao grupo de autores definidos como clássicos, há outros pesquisadores que, caso citados tornariam essa resposta bastante extensa, mas com pertinência equivalente em comparação a aqueles citados.

Mas, destaco que Harvey, Hobsbawm, Thompson e Souza têm contribuições ímpares para a epistemologia da Ciência Regional. Harvey contribui com a discussão acerca da dimensão geográfica do capitalismo, que entre outros fatores indica a pertinência do território e suas conexões com a divisão internacional do trabalho, o que inclui os aspectos estruturantes do desenvolvimento regional e suas contradições. Hobsbawm propicia a discussão acerca dos processos históricos contemporâneos, especialmente quanto à geopolítica e seu papel para a definição das disputas regionais e suas conexões globais no âmbito da incessante modernização capitalista. Thompson, apesar de dedicado à investigação das condições relacionadas à formação da classe operária inglesa e da Revolução Industrial, aponta para a economia moral pertinente à constituição dos parâmetros políticos e sociais das camadas populares e dos seus critérios inerentes à mobilização por direitos. Souza é uma referência por propor a necessária reflexão crítica sobre os clássicos das Ciências Sociais e a necessidade de pensar as contradições de classe no Brasil para além do âmbito das questões econômicas, com a incorporação de conceitos delineados por Bourdieu quanto à constituição das concepções de classe, como por exemplo, o conceito de capital social.

Esses dois grupos de autores, clássicos e contemporâneos, contribuíram para a reflexão acerca da Ciência Regional como o campo apto a organizar uma epistemologia própria, mas em diálogo com as Ciências Sociais. Inclusive, um dos

temas que investigo, o capital social, resulta da leitura desses dois grupos de autores e suas respectivas teorias. Observo que Bourdieu é um autor fundamental para o capital social. Embora o considere componente do grupo dos autores clássicos, entendo que poderia ser percebido também como um autor contemporâneo. O capital social possibilita a compreensão das relações de classe, pois indica o delineamento das condições de desenvolvimento por favorecer o vislumbrar dos efeitos das contradições econômicas e sociais em relação aos efeitos da modernização capitalista em cada região e de acordo com as suas particularidades. O capital social, em uma leitura pautada em Bourdieu e distinta em relação a outros autores como Putnam, indica possibilidades de conexão entre camadas populares, mas também como elemento de conexão para a disputa por recursos sociais e econômicos escassos, inclusive para as camadas socialmente privilegiadas, pois fortalecem o próprio capital social por seu acesso privilegiado ao capital cultural e ao capital econômico.

O terceiro grupo de autores é constituído por pesquisadores que têm contribuído para a consolidação da Ciência Regional no Brasil. Essa contribuição coletiva é ímpar por estar centrada na investigação e reflexão acerca do Desenvolvimento Regional. Os autores dedicados ao Desenvolvimento Regional têm produzido trabalhos de referência para o conjunto dos pesquisadores, bem como para os mestrandos e doutorandos que têm se somado à área e futuramente contribuirão para a epistemologia da Ciência Regional. Destaca-se que, assim como em relação aos autores definidos como clássicos e contemporâneos, é um desafio citar os pesquisadores que contribuem com a discussão da Ciência Regional, especialmente para evitar equívocos com a não menção à totalidade dos pesquisadores relevantes, pois essa pretensão tornaria essa resposta bastante extensa.

Feita essa ressalva, é possível identificar pesquisadores que têm uma trajetória de referência para a Ciência do Desenvolvimento Regional no Brasil como Jandir Ferrera de Lima, Ivo Marcos Theis, Waldecy Rodrigues, Rainer Randolph, Carlos Antonio Brandão, Cidival Moraes de Souza, Rogério Leandro Lima da Silveira, Valdir Roque Dallabrida, Clóvis Ultramar, Virginia Elizabeta Etges, Maria do Livramento Miranda Clementina, Tania Bacellar, Airton Cardoso Cançado, Alex Pizzio da Silva, José Luciano Albino Barbosa, Airton Adelar Mueller, Silvio Cezar Arendt, Clóvis Reis, entre outros. Destacam-se também pesquisadores do exterior que têm

contribuído para com a Ciência Regional no Brasil como Bernard Pecqueur, Martin Coy, Eric Sauborin, José Cadima Ribeiro e Paula Remoaldo, por exemplo.

### **9. Percebe a existência de embates teóricos na área do Desenvolvimento Regional? Em quais temas?**

Os embates teóricos compõem parte da trajetória de constituição da Ciência do Desenvolvimento Regional no Brasil. A diversidade da formação original dos pesquisadores envolvidos com a área e os debates acerca da compreensão mais eficaz dos processos de desenvolvimento regional caracterizam a área. A existência de embates teóricos é fundamental por estimular a reflexão teórica e a investigação necessária à compreensão do Desenvolvimento Regional. É um desafio caracterizar e sintetizar esses embates teóricos, mas é possível delinearlos em duas dimensões complexas.

A primeira dimensão é composta por teorias acerca do Desenvolvimento Regional que se distinguem em razão da abordagem centrada em elementos exógenos ou endógenos às regiões. A preferência por explicar os processos de desenvolvimento em uma escala macro, definidos a partir dos efeitos da divisão internacional do trabalho, especialmente a partir da intensificação da dependência das cadeias produtivas globais, caracteriza as abordagens associadas à preferência por fatores exógenos às regiões para explicar as respectivas trajetórias. Em perspectiva diversa, é possível situar as contribuições centradas na análise dos fatores endógenos como decisivos para o desenvolvimento local, com a preferência por situar as características regionais ou locais como decisivas. Essas duas preferências não são exatamente excludentes, pois se tratando de Desenvolvimento Regional, é inviável atribuir somente a fatores endógenos ou exógenos os processos de desenvolvimento. Desse modo, é possível perceber na literatura o reconhecimento da pertinência dos fatores exógenos ou endógenos, mas com a preferência por uma ou outra abordagem.

A segunda dimensão, associada à primeira, decorre do debate relacionado ao papel do Estado, do setor privado e da sociedade civil organizada para o Desenvolvimento Regional. Percebe-se, na literatura, a existência de diversas avaliações quanto às funções do Estado no passado e no presente quanto ao fomentar dos processos de desenvolvimento, inclusive quanto aos desequilíbrios entre as regiões e inter-

regionais. Essas avaliações pautam opções diversas, que se estendem desde a preferência por ações de desenvolvimento definidas e implantadas por políticas públicas centradas no Estado até aquelas que resultariam de uma participação mais ampla da sociedade civil organizada. Também é possível perceber proposições críticas e céticas em relação à capacidade estatal em estimular processos de desenvolvimento, mesmo com participação da sociedade civil organizada, com a defesa da organização civil como mais eficiente que aquelas mediadas pelo Estado.

As duas dimensões estão associadas, pois é possível perceber que a preferência por fatores exógenos ou endógenos para se explicar o Desenvolvimento Regional, acompanha o posicionamento teórico relacionado ao papel do Estado, do setor privado e da sociedade civil organizada para o Desenvolvimento Regional. As duas dimensões dos embates teóricos estão associadas às disputas conceituais e metodológicas que acompanham a investigação sobre o Desenvolvimento Regional, desde meados do século XX. Assim, é possível relacionar essas dimensões ao estruturalismo, ao neoestruturalismo, ao marxismo, ao liberalismo e demais correntes teóricas presentes no âmbito da Ciência Econômica, mas também das Ciências Sociais presentes na constituição da Ciência do Desenvolvimento Regional no Brasil.

#### **10. Considera uma rede internacional de debate na área do Desenvolvimento Regional? Quais autores e países estão envolvidos nessa dinâmica?**

A internacionalização é fundamental para adensar o debate sobre a Ciência do Desenvolvimento Regional. Elevar o intercâmbio internacional entre pesquisadores e instituições possibilita a ampliação do debate e o acesso às pesquisas realizadas em outros contextos. A expansão dos periódicos dedicados às questões regionais, à realização de eventos frequentes e à própria ampliação do uso das tecnologias da informação no contexto da pandemia do COVID 19 contribuíram para o aumento dos meios de participação nos debates sobre o Desenvolvimento Regional. Também é possível perceber a busca por internacionalização de diversos PPGDRS, com parcerias e intercâmbios com universidades da América Latina, Portugal e Espanha, por exemplo. Essas iniciativas são fundamentais e um exemplo a ser seguido por

investigadores e PPGDRS, pois têm o potencial de qualificar o trabalho realizado no Brasil.

Porém, a institucionalização de uma rede internacional apresenta o potencial de gerar mais visibilidade e integração à Ciência do Desenvolvimento Regional no Brasil. Essa iniciativa, passa, necessariamente, por um empreendimento coletivo e de escolha da estratégia que pode ser mais produtiva. Os PPGDRS têm na área PLUR o espaço para realizar esse debate e viabilizar a melhor estratégia coletiva, inclusive quanto a decidir em relação à conexão com redes de pesquisadores existentes ou a conveniência de construir um novo espaço institucional.

Ambas as estratégias apresentam desafios consideráveis como o aproveitamento das experiências realizadas até o momento por PPGDRS e pesquisadores, a centralização das ações nos pesquisadores ou nas instituições e a manutenção das estruturas de suporte. Denota-se que a existência de eventos como o SEDRES, o SIDER e SIDR, por exemplo, já oportunizam essa colaboração com pesquisadores e instituições do exterior. O desafio é tornar essa colaboração

internacional parte do processo de consolidação da Ciência Regional no Brasil, sem sobreposição às iniciativas existentes, de modo a potencializar a sinergia entre pesquisadores e instituições.